



**MOZAMBIQUE PORTS AND RAILWAYS**  
**PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.**

# RELATÓRIO E CONTAS

do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

## DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A administração é responsável pela preparação, integralidade e apresentação apropriada das demonstrações financeiras da CFM – Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P..

As demonstrações financeiras foram auditadas pelos auditores independentes Deloitte & Touche Moçambique, aos quais foram disponibilizados todos os registos contabilísticos da empresa e respectiva documentação suporte assim como todos os contratos, acordos, actas e a correspondência relevante. A opinião dos referidos auditores independentes está apresentada nas páginas 2 e 3.

As demonstrações financeiras para o ano findo a 31 de Dezembro de 2015 constantes das páginas 4 a 46 foram preparadas de acordo com o Plano Geral de Contabilidade (PGC-NIRF). O pressuposto de continuidade das operações foi tomado em consideração na preparação das referidas demonstrações financeiras. Com base em previsões e recursos financeiros disponíveis, a administração não tem conhecimento de qualquer razão que possa por em causa a continuidade da empresa num futuro previsível.

A administração é igualmente responsável pela manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. Este é concebido para assegurar uma razoável mas não absoluta certeza sobre a fiabilidade das demonstrações financeiras e para salvaguardar adequadamente os activos da empresa. Os controlos internos são monitorados pela administração e pelos empregados da empresa com a necessária segregação de autoridade e funções. Procedimentos estão implementados para monitorar os controlos internos, identificar fraquezas materiais e implementar as adequadas acções correctivas.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da empresa e assinadas pelo seu representante:

O Director de Administração e Finanças



O Administrador

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Aos Sócios dos CFM – Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P.

Audítamos as demonstrações financeiras anexas dos CFM – Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P., que compreendem o balanço relativo a 31 de Dezembro de 2015, a demonstração dos resultados, a demonstração das variações no capital próprio, a demonstração de fluxos de caixa referentes ao ano findo nessa data, um resumo das políticas contabilísticas significativas aplicadas e outras notas explicativas, conforme páginas 4 a 46.

### Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras de acordo com o Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro para as empresas de grande e média dimensão (PGC-NIRF). Esta responsabilidade inclui: concepção, implementação e manutenção do controlo interno relevante para a apresentação apropriada de demonstrações financeiras que estejam isentas de distorções materiais, quer devidas a fraude ou erro; selecção e aplicação de políticas contabilísticas apropriadas e elaboração de estimativas contabilísticas que sejam razoáveis nas circunstâncias.

### Responsabilidades do auditor

É nossa responsabilidade expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras baseada na nossa auditoria. Conduzimos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas normas exigem o cumprimento de requisitos éticos, de planeamento e de execução de auditoria a fim de obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.

Uma auditoria envolve:

- a execução de procedimentos para obter evidências de auditoria sobre os valores e seus detalhes divulgados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devidos a fraude ou erro. Ao fazer essas avaliações de risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade;
- a avaliação da adequação das políticas contabilísticas usadas e da razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pela administração; e
- a avaliação da apresentação global das demonstrações financeiras.

Consideramos que a evidência de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria.

## Opinião

Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras, contidas nas páginas de 4 a 46, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira dos CFM – Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, em 31 de Dezembro de 2015, e do seu desempenho financeiro e de fluxos de caixa do ano findo nessa data, em conformidade com o PGC-NIRF.

Maputo, 28 de Junho de 2016

Deloitte & Touche (Moçambique), Limitada

Representada por:  
Aneliya Nikolova  
Partner

## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal apresenta aos Exmos Senhores Administradores, o seu relatório e parecer sobre as contas e actividades dos CFM – Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P., relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.

A elaboração das demonstrações financeiras é da competência do Conselho de Administração, cabendo ao Conselho Fiscal a responsabilidade de proceder à sua apreciação e à elaboração do seu parecer.

As demonstrações financeiras vêm acompanhadas de relatórios de Actividades e Contas realizadas no exercício económico de 2015, elaborados pelo Conselho de Administração.

No cumprimento das suas atribuições, e com base na informação obtida dos competentes órgãos de gestão dos CFM, o Conselho Fiscal concluiu que:

- Como resultado das análises feitas e das informações obtidas, bem como do relatório do auditor independente, o Conselho Fiscal é de opinião que as Demonstrações Financeiras dos CFM compostas por Balança, Mapa de Demonstração dos resultados, Mapa de variação dos Fundos Próprios, Mapa de Fluxos de Caixa, Sumário das principais políticas Contabilísticas e das Notas Explicativas às Contas estão em conformidade com a Lei;
- As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRFs); e
- As Demonstrações Financeiras reflectem a posição patrimonial e financeira dos CFM em 31 de Dezembro de 2015, bem como os resultados das operações realizadas durante o exercício.

Da apreciação feita às Demonstrações Financeiras e das actividades realizadas, o Conselho Fiscal considera importante salientar os seguintes desenvolvimentos:

- Um crescimento do activo Total em 22,9%, entre 2014 e 2015, totalizando no final do exercício 51.429,6 milhões de meticals;

- O passivo Total ascendeu a 22.642,0 milhões de meticals, registando um crescimento de 67,6%;
- A situação líquida no valor de 28.787,6 milhões de meticals registou um crescimento de 1,6% relativamente a 2014; e
- O resultado bruto no montante de 1.891,9 milhões de meticals, registou uma redução de 24,1% relativamente ao resultado registado em 2014.

Deste modo, o resultado líquido depois dos impostos foi de 1.188,5 milhões de meticals representando uma redução de cerca de 30,7% em relação ao registado no exercício de 2014.

Tendo em consideração os elementos apresentados pela Administração, analisados pelo Conselho Fiscal, reflectidos nos indicadores anteriormente referidos, o Conselho Fiscal é de parecer e recomenda, aos órgãos competentes, que sejam aprovados os documentos que consubstanciam o Relatório de Contas dos CFM, relativo ao exercício de 2015.

O Conselho Fiscal dirige um voto de louvor ao Conselho de Administração e através deste, a todos os colaboradores dos CFM, pelos esforços que foram desenvolvidos durante o exercício em análise, e que vêm reflectidas no Relatório analisado.

Maputo, Agosto de 2016

O Conselho Fiscal

Borifácio Dias, Presidente

Matias Boa, Vogal

Evelina Novela, Vogal



## DIRECÇÃO DE AUDITORIA INTERNA DO CFM

Relatório e contas 2015

### Parecer

A Direcção de auditoria Interna (DAI) acompanhou o funcionamento da empresa ao longo do exercício económico de 2015, materializando o que integra as suas competências e consubstanciado no plano de trabalho previamente preparado para a dimensão integral do CFM, cobrindo a Sede e Direcções Executivas e oportunamente aprovado pelo Conselho de Administração.

No exercício das suas funções, a DAI teve o necessário apoio do Conselho de Administração e das Direcções Executivas do CFM aos quais oportunamente endereçou os relatórios das auditorias realizadas cuja estrutura apresentava as constatações individualizadas, as implicações e as recomendações, considerados os comentários dos órgãos de gestão.

Deste modo, o parecer da Direcção de Auditoria Interna em torno das contas do CFM relativas ao exercício económico de 2015 é expresso nos seguintes termos:

- As Demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com a lei em vigor no País, adoptando regras e princípios universalmente aceites, de acordo com o Plano Geral de Contabilidade, baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro, aplicado a grandes empresas (PGR-NIRF);
- As actividades e os números apresentados neste relatório correspondem de forma exacta e inequívoca ao que constitui o desempenho da empresa no período de 2015
- No global as acções de auditoria realizadas nas contas do CFM, foram satisfatórias dado que as recomendações foram acatadas pelas áreas auditadas
- Apesar de o resultado líquido do exercício ter conhecido uma diminuição em relação ao ano de 2014, a empresa encontra-se em posição de poder continuar a laborar, assegurando inequivocamente o emprego a milhares de Moçambicanos.

Maputo, 29 de Agosto de 2016

A Directora de Auditoria Interna – DAI

Ana Maria Zandamela  
(Técnica Superior de Finanças)

# RELATÓRIO E CONTAS | EXERCÍCIO FINDO EM 31 | 12 | 2015

**CFM - PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.**  
Balança EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
(Montantes expressos em milhares de Meticals)

	Notas	2015	2014
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Activos tangíveis	5	30,533,753	26,865,440
Activos intangíveis	6	53,722	15,196
Activos tangíveis de investimento	7	7,851,335	8,142,856
Instrumentos financeiros detidos até à maturidade	8	251,009	275,094
Outros activos financeiros	9	3,928,515	-
Activos por impostos de dilatórios	29	495,078	93,501
		43,113,412	35,392,087
<b>Activo corrente</b>			
Inventários	10	1,082,946	563,661
Clientes	11	1,532,996	1,725,756
Outros activos financeiros	9	257,506	503,049
Outros activos correntes	12	1,682,937	959,868
Caixa e bancos	13	3,759,847	2,688,485
		8,316,232	6,438,819
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>		<b>51,429,644</b>	<b>41,830,906</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital social	14	1,242,981	1,242,981
Reservas	14	5,634,053	4,347,591
Resultados transitados	14	20,722,042	21,017,950
Resultado líquido do exercício		1,188,535	1,714,888
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>28,787,611</b>	<b>28,323,410</b>
<b>Passivo não corrente</b>			
Empréstimos de longo prazo	16	7,256,348	4,356,920
Passivos financeiros	18	7,554,434	6,017,431
Outros passivos Correntes	19	548,506	808,860
		15,359,288	11,183,011
<b>Passivo corrente</b>			
Provisões	15	162,664	25,447
Fornecedores	17	1,377,489	328,127
Empréstimos de curto prazo	16	1,249,313	514,623
Outros passivos financeiros	18	3,800,450	994,686
Impostos a pagar	29	431,783	200,881
Outros passivos correntes	19	261,046	259,921
		7,282,745	2,324,485
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>22,642,033</b>	<b>13,507,496</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>		<b>51,429,644</b>	<b>41,830,906</b>

O Técnico de Contas: *[Assinatura]* A Administração: *[Assinatura]*  
Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras.

**CFM - PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.**  
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
(Montantes expressos em milhares de Meticals)

	Notas	2015	2014
Vendas de bens e prestação de serviços	20	9,177,797	7,560,917
Custo dos inventários vendidos ou consumidos	21	(308,744)	(128,530)
<b>Margem bruta</b>		<b>8,869,053</b>	<b>7,432,287</b>
Investimentos realizados pela própria empresa	22	144,233	123,844
Rendimentos suplementares	23	2,050,920	2,027,208
Gastos com pessoal	24	(3,049,307)	(2,515,733)
Fornecimento e serviços de terceiros	25	(2,968,606)	(2,871,508)
Depreciações	5, 6, 7	(1,826,845)	(1,740,429)
Provisões	15	(136,217)	-
Impandade	8, 9, 10	(243,565)	(3,547)
Reversões do período de perdas por impandade	9, 10	16,648	44,852
Outros ganhos e perdas operacionais	26	(261,617)	(212,039)
		<b>2,594,697</b>	<b>2,284,935</b>
Rendimentos financeiros	27	2,159,612	1,016,545
Gastos financeiros	28	(2,862,385)	(807,383)
<b>Resultado antes do imposto</b>		<b>1,891,924</b>	<b>2,494,097</b>
Imposto sobre o rendimento	29	(703,389)	(779,209)
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>1,188,535</b>	<b>1,714,888</b>

O Técnico de Contas: *[Assinatura]* A Administração: *[Assinatura]*  
Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras.

**CFM - PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.**  
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
(Montantes expressos em milhares de Meticals)

	2015	2014
<b>FLUXOS DE CAIXA DE ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Resultado antes do imposto	1,891,924	2,494,097
Ajustamentos ao resultado relativos a:		
Amortizações	1,826,845	1,740,429
Ajustamentos aos instrumentos financeiros	24,087	-
Provisões	136,217	(8,093)
<b>Fluxo de caixa antes das alterações no fundo de maneo</b>	<b>3,879,073</b>	<b>4,214,433</b>
Aumento de inventários	(519,285)	(188,484)
Aumento de clientes e outros activos financeiros	(3,490,212)	(531,247)
(Aumento) / Redução de outros activos correntes	(723,069)	390,411
Aumento / (Redução) de fornecedores e outros passivos financeiros	5,392,129	106,121
(Redução) / aumento de outros passivos correntes	(259,029)	(234,874)
<b>Fluxo de caixa de actividades operacionais</b>	<b>4,279,607</b>	<b>3,756,360</b>
Imposto do exercício anterior pago no exercício corrente	(200,682)	(799,433)
RPC pagamentos por conta e retenções na fonte	(673,183)	(616,641)
<b>Caixa líquida usada nas actividades operacionais</b>	<b>3,405,742</b>	<b>2,340,286</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DE ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Recebimentos respeitantes a:		
Venda de activos tangíveis	3,277,423	3,562,195
Recebimentos de caixa no início do período	-	-
Pagamentos respeitantes a:		
Aquisição de activos tangíveis e intangíveis	(8,519,586)	(7,593,666)
<b>Caixa líquida usada nas actividades de investimento</b>	<b>(5,242,163)</b>	<b>(4,031,471)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DE ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Recebimentos respeitantes a:		
Empréstimos e outros financiamentos obtidos	3,634,118	503,148
Dividendos declarados	(724,335)	(383,512)
<b>Caixa líquida gerada pelas actividades de financiamento</b>	<b>2,909,783</b>	<b>119,636</b>
<b>Variação de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1,073,362</b>	<b>(1,571,549)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	2,686,485	4,258,034
<b>CAIXA E EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO</b>	<b>3,759,847</b>	<b>2,686,485</b>

O Técnico de Contas: *[Assinatura]* A Administração: *[Assinatura]*  
Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras.

**CFM - PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.**  
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIÁÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
(Montantes expressos em milhares de Meticals)

	Capital social	Reservas legais	Reserva para investimento	Fundo social dos trabalhadores	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
<b>Saldo no início de 2014</b>	<b>1,242,981</b>	<b>198,857</b>	<b>2,727,998</b>	<b>166,567</b>	<b>20,983,398</b>	<b>1,672,227</b>	<b>26,992,028</b>
Aplicação do resultado do exercício anterior	-	83,611	1,086,946	83,612	418,058	(1,672,227)	-
Dividendos	-	-	-	-	(385,630)	-	(385,630)
Ajustamentos ao Resultado	-	-	-	-	2,124	-	2,124
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	1,714,888	1,714,888
<b>Saldo no fim de 2014</b>	<b>1,242,981</b>	<b>282,468</b>	<b>3,814,944</b>	<b>250,179</b>	<b>21,017,950</b>	<b>1,714,888</b>	<b>28,323,410</b>
Aplicação do resultado do exercício anterior	-	85,764	1,114,934	85,764	428,426	(1,714,888)	-
Dividendos	-	-	-	-	(260,213)	-	(260,213)
Ajustamentos ao Resultado	-	-	-	-	(464,121)	-	(464,121)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	1,188,535	1,188,535
<b>Saldo no fim de 2015</b>	<b>1,242,981</b>	<b>368,232</b>	<b>4,929,878</b>	<b>335,943</b>	<b>20,722,042</b>	<b>1,188,535</b>	<b>28,787,611</b>

O Técnico de Contas: *[Assinatura]* A Administração: *[Assinatura]*  
Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras.

**CFM - PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.**  
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
(Montantes expressos em milhares de Meticals)

**Sobre a Empresa**

Os CFM - Portos e Caminhos-de-Ferro de Moçambique, E.P. (CFM) foram inicialmente uma Empresa Estatal, tutelada pelo Ministério dos Transportes e Comunicações, constituída através do Decreto nº 6/89 de 11 de Maio, mantendo a sua sede em Maputo embora com presença efectiva em grande parte do território nacional.

Com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1995, e ao abrigo do Decreto nº 40/64, de 16 de Setembro, a Empresa Estatal foi transformada em empresa pública, passando a ter a designação de PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E. P. (CFM). O capital estatutário estabelecido pelo decreto supracitado, foi de 1.242,981 milhares de Meticals.

O capital social ascende a 1.242.981 milhares de meticals, integralmente subscrito e realizado pelo Estado Moçambicano, que assim se constitui na casa mãe dos CFM.

A Empresa tem como objecto principal, o serviço público de transporte ferroviário de passageiros e de mercadorias em território Moçambicano com carácter regular e não regular, para além do manuseamento de mercadorias nos Portos.

**Participação privada na gestão dos Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique**

Têm vindo a ser implementados um conjunto de acções no âmbito do Projecto de Reestruturação do sector ferro-portuário em Moçambique, o qual inclui a cedência ao sector privado da gestão e exploração em regime de concessão, dos sistemas ferroviários do País.

Na concepção original do programa de concessões, exceptuavam-se deste esquema de envolvimento do sector privado, as actividades consideradas de índole estratégica cu que não requerem grande tecnologia de operação e gestão, como por exemplo os Terminais de Combustíveis (e de outros líquidos a granel) em todos os portos internacionais, o terminal de cereais do porto de Maputo. Estas unidades foram transformadas em centros de resultados específicos e devidamente capacitadas para gerir o negócio com eficiência.

Face aos graves problemas enfrentados em algumas das concessões já concretizadas, foi decidido, em finais de 2006, princípios de 2006, encerrar o processo de concessões das linhas férreas do sul e do Porto de Pembe. Em finais de 2010, o governo de Moçambique iniciou o processo de rescisão do contrato de concessão do Sistema Ferroviário da Beira, em virtude do incumprimento das obrigações contratuais por parte da Companhia dos Caminhos de Ferro da Beira, que viria a culminar com a reversão do empreendimento a favor dos CFM, EP em finais de 2011.

Portanto, hoje, estão a ser directamente explorados pelos CFM as seguintes infra-estruturas:

- A Linha Férrea de Rossano Garcia;
- A Linha Férrea do Limpopo;
- A Linha Férrea de Goba;
- Sistema Ferroviário da Beira (que inclui a linha de Sena, Machipanda e ramal de Marromeu);
- A sação comum às 3 linhas da rede sul e zona de Manobras de Maputo;
- As Oficinas Gerais (CFM-Sul);
- O Terminal de Alumínio da Matola;
- Os Terminais de Combustíveis (em todos os portos nacionais);

# RELATÓRIO E CONTAS | EXERCÍCIO FINDO EM 31 | 12 | 2015

- O Terminal de Cereais do Porto de Maputo;
- O Porto de Pemba; e
- As demais infra-estruturas e instalações não incluídas nas concessões outorgadas.

Atualmente, as empresas já criadas para a exploração em regime de concessão ou subconcessão de terminais específicos e de outras infra-estruturas, com envolvimento de parceiros do sector privado, são as seguintes:

Na zona Sul:

- Sociedade de Desenvolvimento do Porto de Maputo (MPDC), que tem a concessão de exploração do Porto de Maputo e que absorveu as concessões e subconcessões de terminais específicos anteriormente cedidos pelo CFM, nomeadamente:
  - ☐ DP Word, S.A. – (exploração da terminal de contentores);
  - ☐ MPT – Maputo Produce Terminal (exploração da terminal de frutas);
  - ☐ STAM – Sociedade Terminal de Açúcar de Maputo (exploração da terminal do açúcar);
  - ☐ TCM – Terminal de Carvão da Matola – (exploração do terminal de carvão da Matola);
  - ☐ TCM - Terminal de Cabotagem de Maputo;
- STM – Sociedade de Terminais de Moçambique, que tem a concessão para exploração da terminal ferro-rodoviário das Mahotas.

Na zona Centro:

- Cdm – Corredor de Moçambique SARL, que tem a concessão para exploração dos terminais de carga geral e de contentores e propósitos múltiplos do Porto de Beira;
- CQ – Corredor Quelimane, SARL, que tem a concessão do Porto de Quelimane;
- BGT – Beira Grain Terminal, com quem se firmou contrato de concessão do Terminal de Cereais da Beira.

Na zona Norte:

- CDN – Corredor de Desenvolvimento do Norte, com quem se firmou o contrato de concessão para a exploração do sistema ferroviário do Norte e do Porto de Nacala.
- Kenmare Moma Processing (Mauritius) Limited (Mozambique Branch), que possui a concessão para a concepção, construção e exploração de um Cais (Jetty) a ser construído na costa da província de Nampula, próximo das minas de exploração de areias pesadas de Moma.
- CEAR – Central East Africa Railways (no Malawi), não obstante esta concessão não se localizar no território nacional, os CFM ganharam o concurso internacional de concessão de exploração dos Caminhos de Ferro do Malawi, em associação com o parceiro privado da concessão do Corredor do Norte – a Sociedade de Desenvolvimento do Corredor de Nacala (SDCN) – tendo sido constituída a empresa concessionária CEAR e firmado com o Governo do Malawi o contrato de concessão de exploração daquele caminho de ferro.

## 1. Bases de preparação

As presentes demonstrações financeiras, que se reportam à data de 31 de Dezembro de 2015, foram preparadas em conformidade com o PGC-NIRF e, em consequência, com base no princípio do custo histórico, excepto para as situações especificamente identificadas, que decorrem da aplicação das Normas de Contabilidade e Relatório Financeiro (NCRF). As demonstrações financeiras foram igualmente preparadas com base nos princípios do acréscimo e da continuidade.

Na preparação destas demonstrações financeiras, não foi detegida qualquer disposição do PGC-NIRF e não existam situações que afectem a comparabilidade das diversas rubricas contabilísticas.

Note-se, no entanto, que a preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o PGC-NIRF exige que o Conselho de Administração formalize julgamentos, estimativas e pressupostos, que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e mensuração dos activos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e outros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para os quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentadas na nota 3.

Assim, estas demonstrações financeiras reflectem o resultado das operações e a posição financeira dos CFM com referência a 31 de Dezembro de 2015 e 2014, sendo apresentadas em milhões de Meticals, arredondados ao milhar mais próximo.

Refira-se que estas são as demonstrações financeiras individuais dos CFM, sendo que a empresa se encontra obrigada à apresentação de demonstrações financeiras consolidadas que incluam as suas subsidiárias e associadas (Nota 8).

As presentes Demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião ocorrida no dia 26 de Abril de 2016.

## 2. Principais políticas contabilísticas

### a) Transacções em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Meticals, que constitui a moeda funcional e de apresentação utilizada pelos CFM nas suas operações e preparação das suas demonstrações financeiras.

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Meticals à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data de transacção.

## 2. Principais políticas contabilísticas (continuação)

As taxas de câmbio utilizadas para conversão dos saldos expressos em moeda estrangeira foram as seguintes:

	31-Dec-15		31-Dec-14	
	Compra	Venda	Compra	Venda
Dólar Norte-Americano	44.50	45.39	33.00	33.96
Rands Sul-Africanos	2.97	3.03	2.90	2.96
Euros	49.10	50.08	40.74	41.55

### b) Activos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados pelos CFM no decurso da sua actividade são registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço pago pela propriedade do activo e todos os custos directamente incorridos para o colocar no estado de funcionamento.

Na data de transição para o PGC-NIRF, os CFM decidiram adoptar como custo considerado para os seus activos tangíveis o valor reavaliado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, a qual era equiparado ao custo mensurado de acordo com o PGC-NIRF.

Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que coles resultado benéfico económico futuro para os CFM. As despesas de manutenção e reparação e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas nos resultados do período em que foram incorridas.

A depreciação dos activos tangíveis é calculada numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, utilizando-se, assim, as seguintes vidas úteis.

	Taxa Anual %
Construções	2 - 4
Equipamento básico	10 - 25
Outros activos tangíveis	10 - 20

Os CFM efectuam regularmente a análise de adequação da vida útil estimada dos seus activos tangíveis. As alterações na vida útil esperada dos activos são registadas através da alteração do período ou método de depreciação, conforme apropriado, sendo tratadas como alterações em estimativas contabilísticas.

Periodicamente são efectuadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em activos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício. Os CFM procedem à reversão das perdas por imparidade nos resultados do período caso, subsequentemente, se verifique um aumento no valor recuperável do activo.

## 2. Principais políticas contabilísticas (continuação)

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso, sendo este calculado com base nos fluxos de caixa estimados que se esperam a vir obter do uso continuado do activo e de sua alienação no final da vida útil. Um item do activo tangível deixa de ser reconhecido aquando da sua alienação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou alienação. Qualquer ganho ou perda decorrente da anulação do reconhecimento do activo (calculado como a diferença entre o rendimento da venda e a quantia escriturada do activo) é reconhecido em resultados no período da sua anulação do reconhecimento.

### c) Activos tangíveis de investimento

Os CFM classificam como activos tangíveis de investimento os equipamentos e construções detidos com o objecto de obtenção de rendas.

Os activos tangíveis de investimento são valorizados pelo modelo do custo, tal como referido em 2b), sendo-lhes aplicáveis todos os critérios de reconhecimento e mensuração aí referidos, bem como as políticas contabilísticas previstas.

### c) Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui custos de aquisição, custos com impostos não dedutíveis, e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O custeio das saídas (consumos) é efectuado através do custo médio ponderado.

Os ajustamentos ao valor realizável líquido são avaliados numa base anual e, caso se constate a necessidade de proceder ao seu reconhecimento, registadas como uma dedução ao activo, por contrapartida dos resultados do exercício.

### d) Custo dos empréstimos obtidos

Os custos dos empréstimos obtidos que são directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo elegível, fazem parte do custo do activo. Esses custos são capitalizados como parte do custo do activo quando é provável que resultem em benefícios económicos futuros para os CFM e podem ser mensurados com fiabilidade.

### e) Imparidade de itens não monetários

Os CFM avaliam, a cada data de relatório, ou com maior frequência caso tenha ocorrido alterações que indiquem que um determinado activo possa estar em imparidade, se existem indicações de que um activo não financeiro se possa encontrar em imparidade. Se tal indicação existir, os CFM estimam a respectiva quantia recuperável e, caso esta se apresente inferior à quantia escriturada, o activo encontra-se em imparidade e é reduzido para a sua quantia recuperável.

A cada data de balanço, os CFM reavaliam se existe qualquer indicação de que uma perda por imparidade anteriormente reconhecida possa já não existir ou possa ter reduzido. Caso exista tal indicação, os CFM estimam a quantia recuperável do activo e revertem as perdas por imparidade previamente reconhecidas apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para estimar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda.

## 2. Principais políticas contabilísticas (continuação)

### f) Locações

A determinação de um contrato é ou contém uma locação é baseada na substância do contrato, atentando à determinação de qual a entidade que retém substancialmente os riscos e vantagens inerentes à propriedade do bem locado.

Nas locações financeiras, as quais transferem substancialmente para os CFM todos os riscos e vantagens, o custo do activo é registado como um activo tangível, e a correspondente responsabilidade é registada no passivo. A depreciação do activo é calculado conforme descrito na nota 2b) e registada como gasto na demonstração de resultados dentro do período a que respeitam.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital (tal como inicialmente reconhecido como passivo). Os encargos financeiros são suportados aos exercícios a que se referem.

Nas locações operacionais, as rendas são reconhecidas como gasto numa base linear durante o período de locação.

### g) Activos financeiros

A classificação dos activos financeiros no seu reconhecimento inicial depende do objectivo para o qual o instrumento foi adquirido bem como das suas características, considerando as seguintes categorias:

#### Activos financeiros ao justo valor através dos resultados

A categoria de activos financeiros ao justo valor através dos resultados inclui activos financeiros detidos para negociação, adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo e outros activos financeiros ao justo valor por via dos resultados.

#### Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados detidos com a intenção de manter por tempo indeterminado ou designados para venda no momento do seu reconhecimento inicial.

#### Activos financeiros detidos até à maturidade

Considera-se activos detidos até à maturidade a categoria de activos financeiros não derivados com pagamentos fixos e determináveis e maturidades fixadas, tendo os CFM a intenção de deter os mesmos até à maturidade.

#### Empréstimos e contas a receber

Classifica-se como empréstimos e contas a receber os activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis que não estejam cotados num mercado activo.

Os activos financeiros são reconhecidos no balanço dos CFM na data de contratação pelo respectivo justo valor acrescido de custos de transacção directamente atribuíveis, excepto para activos e passivos ao justo valor através dos resultados em que os custos de transacção são imediatamente reconhecidos em resultados.

Entendo-se por justo valor o montante pelo qual um activo ou passivo pode ser transferido ou liquidado, entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado. O justo valor de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é geralmente o preço da transacção.

## 2. Principais políticas contabilísticas (continuação)

### g) Activos financeiros (Continuação)

O justo valor é determinado com base em preços de um mercado activo ou em métodos de avaliação no caso de inexistência de tal mercado activo. Um mercado é considerado activo se ocorrerem transacções de forma regular.

Os CFM avaliam, à data de cada balanço, se existe evidência objectiva de que um activo financeiro ou grupo de activos financeiros está em imparidade. Considera-se que um activo financeiro está em imparidade se, e apenas se, existir evidência objectiva de perda de valor em resultado de um ou mais acontecimentos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do activo e desde que tais acontecimentos tenham um impacto sobre os fluxos de caixa futuros estimados dos activos financeiros. A evidência de imparidade pode incluir indicações de que o devedor ou um grupo de devedores está em dificuldades financeiras, incumprimento ou mora na liquidação de capital ou juros, a probabilidade de entrarem em falência ou em reorganização financeira e sempre que esteja disponível informação que indique um decréscimo de valor dos fluxos de caixa futuros.

#### Reconhecimento inicial, mensuração e anulação do reconhecimento

As aquisições e alienações dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados, assim como os activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da sua transacção.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, à excepção da categoria dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados, sendo os custos de transacção reconhecidos em resultados.

A anulação dos activos financeiros ocorre quando os direitos contratuais do activo financeiro expira, tenha procedido à transferência substancial de todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou não obstante retenha parte, mas não substancialmente, todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, os CFM tenham transferido o controlo sobre esses activos.

#### Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através dos resultados são reconhecidos pelo justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados do exercício.

Os activos financeiros disponíveis para venda são valorizados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas em capitais próprios até ao momento da anulação do reconhecimento, ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registado em capitais próprios é transferido para resultados.

Os activos detidos até à maturidade, assim como os empréstimos e contas a receber, após o reconhecimento inicial são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efectiva. Ganhos e perdas são reconhecidos em resultados aquando da anulação do reconhecimento se encontra em imparidade, assim como decorrentes de aplicação do método do juro efectivo.

O justo valor dos activos financeiros que são negociados em mercados financeiros organizados é o seu preço de compra corrente ("bid-price"). Para a ausência de um mercado activo, o justo valor é determinado através de técnicas de avaliação, tais como preços de transacção recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado e técnicas de fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

Para os activos financeiros que não sejam possível mensurar com fiabilidade o justo valor, os mesmos são reconhecidos ao custo de aquisição, sendo qualquer imparidade registada por contrapartida de resultados.

# RELATÓRIO E CONTAS | EXERCÍCIO FINDO EM 31 | 12 | 2015

(MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE METICAIS)

## 2. Principais políticas contabilísticas (continuação)

### g) Activos financeiros (Continuação)

#### Imparidade

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade.

#### Activos financeiros registados ao custo amortizado

Se existir evidência objectiva de que foi suportada uma perda por imparidade em empréstimos concedidos e contas a receber ou investimentos detidos até à maturidade registados pelo custo amortizado, a quantia da perda é mensurada como a diferença entre a quantia registada do activo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. A quantia registada do activo deve ser reduzida através do uso de uma conta de redução do activo. A quantia da perda deve ser reconhecida nos resultados.

Se, num período subsequente, a quantia da perda por imparidade diminuir e a diminuição pode ser relacionada objectivamente com um acontecimento que ocorra após o reconhecimento da imparidade, a perda por imparidade anteriormente reconhecida deve ser revertida ajustando a conta de redução do activo. A reversão não deve resultar numa quantia registada do activo financeiro que exceda a quantia que poderia ter sido determinada pelo custo amortizado, caso a imparidade não tivesse sido reconhecida à data em que a imparidade foi revertida. A quantia da reversão deve ser reconhecida nos resultados.

#### Activos financeiros registados pelo custo

Se existir evidência objectiva de que foi suportada uma perda por imparidade num instrumento de capital próprio não cotado que não está registado pelo justo valor porque o seu justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade, ou num activo derivado que está ligado a, e que deve ser liquidado pela entrega de, um tal instrumento de capital próprio não cotado, a quantia da perda por imparidade é mensurada pela diferença entre a quantia registada do activo financeiro e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de retorno de mercado corrente para um activo financeiro semelhante. Estas perdas por imparidade não devem ser revertidas.

#### Activos financeiros disponíveis para venda

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada capital próprio, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda por imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados.

### h) Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

### i) Passivos financeiros

#### Passivos financeiros ao justo valor através dos resultados

Os passivos financeiros ao justo valor por via dos resultados incluem os passivos financeiros detidos para negociação e outros passivos financeiros ao justo valor através dos resultados reconhecidos no momento inicial.

## 2. Principais políticas contabilísticas (continuação)

### l) Passivos financeiros (Continuação)

#### Empréstimos obtidos e contas a pagar

Classificamos nesta categoria os restantes passivos financeiros.

#### Reconhecimento inicial, mensuração e anulação do reconhecimento

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, à excepção da categoria dos passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, sendo os custos de transacção reconhecidos em resultados.

A anulação do passivo financeiro ocorre quando as obrigações contratuais do passivo financeiro expiram.

Quando um passivo financeiro é substituído por outro do mesmo credor, em condições substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente diferentes, essa troca ou alteração é tratada como uma anulação do reconhecimento do passivo original e é reconhecido um novo passivo, sendo a diferença dos valores registada em resultados.

#### Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são reconhecidos ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os empréstimos e contas a pagar, após o reconhecimento inicial são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efectiva. Ganhos e perdas são reconhecidos em resultados aquando da anulação do reconhecimento se encontra em imparidade, assim como deontes de aplicação do método do juro efectivo.

### j) Provisões

Os CFM constituem provisões quando tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos financeiros, e este possa ser determinado com fiabilidade.

O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

### k) Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os CFM registam os seus gastos e rendimentos de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual estes elementos são reconhecidos na data da transacção que os origina, independentemente do respectivo pagamento ou recebimento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as componentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de "Outros activos correntes" ou "Outros passivos correntes", consoante a natureza da diferença.

## 2. Principais políticas contabilísticas (continuação)

### l) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo são mensurados numa base não descontada e imputados ao resultado na medida em que o serviço é prestado.

É reconhecido um passivo para o montante esperado de bônus ou distribuição de resultados se os CFM têm uma obrigação legal ou construtiva em pagar esse valor resultante de um acontecimento passado de um serviço prestado por um empregado e se a obrigação puder ser mensurada com fiabilidade.

### m) Reconhecimento do rédito

O rédito inerente às vendas é reconhecido na demonstração de resultados quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos bens vendidos são transferidos para o comprador. O rédito relacionado com a prestação de serviços é reconhecido quando os serviços são prestados.

### n) Impostos sobre o rendimento

#### Impostos correntes

O imposto corrente, activo ou passivo, é estimado com base no valor esperado a recuperar ou a pagar às autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usada para calcular o montante é a que se encontra em vigor à data de balanço.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos, em conformidade com a legislação fiscal vigente.

#### Impostos diferidos

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os prejuízos fiscais reportáveis assim como os benefícios fiscais dão também origem a impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra os quais possam ser deduzidos os impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capitais próprios. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capitais próprios, não afectando o resultado do exercício.

## 2. Principais políticas contabilísticas (continuação)

### g) Activos financeiros (Continuação)

#### Imparidade

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade.

#### Activos financeiros registados ao custo amortizado

Se existir evidência objectiva de que foi suportada uma perda por imparidade em empréstimos concedidos e contas a receber ou investimentos detidos até à maturidade registados pelo custo amortizado, a quantia da perda é mensurada como a diferença entre a quantia registada do activo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. A quantia registada do activo deve ser reduzida através do uso de uma conta de redução do activo. A quantia da perda deve ser reconhecida nos resultados.

Se, num período subsequente, a quantia da perda por imparidade diminuir e a diminuição pode ser relacionada objectivamente com um acontecimento que ocorra após o reconhecimento da imparidade, a perda por imparidade anteriormente reconhecida deve ser revertida ajustando a conta de redução do activo. A reversão não deve resultar numa quantia registada do activo financeiro que exceda a quantia que poderia ter sido determinada pelo custo amortizado, caso a imparidade não tivesse sido reconhecida à data em que a imparidade foi revertida. A quantia da reversão deve ser reconhecida nos resultados.

#### Activos financeiros registados pelo custo

Se existir evidência objectiva de que foi suportada uma perda por imparidade num instrumento de capital próprio não cotado que não está registado pelo justo valor porque o seu justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade, ou num activo derivado que está ligado a, e que deve ser liquidado pela entrega de, um tal instrumento de capital próprio não cotado, a quantia da perda por imparidade é mensurada pela diferença entre a quantia registada do activo financeiro e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de retorno de mercado corrente para um activo financeiro semelhante. Estas perdas por imparidade não devem ser revertidas.

#### Activos financeiros disponíveis para venda

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada capital próprio, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda por imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados.

### h) Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

### i) Passivos financeiros

#### Passivos financeiros ao justo valor através dos resultados

Os passivos financeiros ao justo valor por via dos resultados incluem os passivos financeiros detidos para negociação e outros passivos financeiros ao justo valor através dos resultados reconhecidos no momento inicial.

## 3. Principais julgamentos, estimativas e pressupostos contabilísticos

Considerando as incertezas quanto à quantia recuperável destes activos de longo prazo, pelo facto das análises se basearem na melhor informação à data, as alterações de pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, conseqüentemente, nos resultados dos CFM.

#### Provisões para litígios judiciais

As provisões constituídas para fazer face a perdas prováveis em processos judiciais em que CFM são parte interessada são constituídas atendendo à expectativa de perda da Administração, sustentada na informação prestada pelos seus assessores jurídicos, sendo objecto revisão anual.

#### Impostos

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados pelos CFM com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos CFM sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

Por outro lado, as Autoridades Fiscais dispõem de faculdade de rever a posição fiscal dos CFM durante um período de 10 anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações ou incumprimento da legislação fiscal, nomeadamente em sede de IRPC, IRPS e IVA, eventuais correcções.

A Administração acredita ter cumprido todas as obrigações fiscais a que os CFM se encontram sujeitos, pelo que eventuais correcções à matéria colectável declarada, decorrentes destas revisões, não se espera que venham a ter um efeito nas demonstrações financeiras.

### 4. Alterações de políticas contabilísticas, de estimativas e erros

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas que produzam efeito na comparabilidade desses exercícios.

Da igual forma, não ocorreram alterações significativas de estimativas, nem foram detectados erros que movem ré expressão das quantias comparativas.

(Montantes expressos em milhares de Meticais)

## 5. Activos tangíveis

O movimento ocorrido nos activos tangíveis é analisado como segue:

	2014	Aumentos	Alienações/Abates	Transferências/Abates	2015	
<b>Custo de aquisição</b>						
Construções	44,021,462	2,051,394	-	-	46,072,856	
Equipamento básico	14,058,552	2,441,165	(815)	-	16,498,902	
Outros activos tangíveis	182,012	2,846	(38)	-	184,820	
Investimentos em curso	2,103,939	3,982,583	(3,277,319)	-	2,809,203	
	<b>60,365,965</b>	<b>8,477,988</b>	<b>(3,278,172)</b>	<b>-</b>	<b>65,565,781</b>	
		2014	Depreciações do exercício	Transferências/Abates	2015	
<b>Depreciação acumulada</b>						
Construções		21,758,122	1,064,780	-	22,822,902	
Equipamento básico		11,568,316	461,942	(743)	12,029,515	
Outros activos tangíveis		174,087	5,530	(6)	179,611	
		<b>33,500,525</b>	<b>1,532,252</b>	<b>(749)</b>	<b>35,032,028</b>	
<b>Valor líquido</b>		<b>26,865,440</b>			<b>30,533,753</b>	
		2013	Aumentos	Alienações/Abates	Transferências/Abates	2014
<b>Custo de aquisição</b>						
Construções		41,398,143	2,501,650	121,669	-	44,021,462
Equipamento básico		13,156,299	1,299,449	(397,196)	-	14,058,552
Outros activos tangíveis		171,038	10,974	-	-	182,012
Investimentos em curso		2,008,747	3,744,975	(3,649,783)	-	2,103,939
		<b>56,734,227</b>	<b>7,557,048</b>	<b>(3,925,310)</b>	<b>-</b>	<b>60,365,965</b>
		2013	Depreciações do exercício	Transferências/Abates	2014	
<b>Depreciação acumulada</b>						
Construções		20,756,393	1,002,676	(946)	21,758,122	
Equipamento básico		11,698,529	254,149	(384,362)	11,568,316	
Outros activos tangíveis		157,980	9,668	6,439	174,087	
		<b>32,612,902</b>	<b>1,266,493</b>	<b>(378,869)</b>	<b>33,500,525</b>	
<b>Valor líquido</b>		<b>24,121,325</b>			<b>26,865,440</b>	

# RELATÓRIO E CONTAS | EXERCÍCIO FINDO EM 31 | 12 | 2015

(MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE METICAIS)

(Montantes expressos em milhares de Meticais)

### 6. Activos Intangíveis

	2014	Aumentos	Alienações/Abates	Transferências	2015
<b>Custo de aquisição</b>					
Softwares	3,596	225	-	-	3,821
Reservas de Terra	12,160	39,079	-	-	51,239
	<b>15,756</b>	<b>39,304</b>			<b>55,060</b>
		<b>Depreciações do exercício</b>	<b>Alienações/Abates</b>		<b>2015</b>
<b>Depreciação acumulada</b>					
Softwares	560	778	-	-	1,338
	<b>560</b>	<b>778</b>			<b>1,338</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>15,196</b>				<b>53,722</b>

  

	2014	Aumentos	Alienações/Abates	Transferências	2015
<b>Custo de aquisição</b>					
Softwares	3,596	-	-	-	3,596
Reservas de Terra	7,053	5,107	-	-	12,160
	<b>10,649</b>	<b>5,107</b>			<b>15,756</b>
		<b>Depreciações do exercício</b>	<b>Alienações/Abates</b>		<b>2015</b>
<b>Depreciação acumulada</b>					
Softwares	354	206	-	-	560
	<b>354</b>	<b>206</b>			<b>560</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>10,295</b>				<b>15,196</b>

### 7. Activos tangíveis de investimento

O movimento ocorrido nos activos tangíveis de investimento é analisado como segue:

	2014	Aumentos	Transferências/Abates	2015
<b>Custo de aquisição</b>				
Construções	16,312,824	167	-	16,312,991
Equipamento básico	1,410,508	2,127	-	1,412,635
Outros activos tangíveis	-	-	-	-
	<b>17,723,332</b>	<b>2,294</b>		<b>17,725,626</b>
		<b>Depreciações do exercício</b>	<b>Transferências/Abates</b>	<b>2015</b>
<b>Depreciação acumulada</b>				
Construções	8,462,015	264,787	538	8,727,340
Equipamento básico	1,118,461	29,028	(538)	1,146,951
Outros activos tangíveis	-	-	-	-
	<b>9,580,476</b>	<b>293,815</b>		<b>9,874,291</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>8,142,856</b>			<b>7,851,335</b>

  

	2014	Aumentos	Transferências/Abates	2015
<b>Custo de aquisição</b>				
Construções	16,312,824	-	-	16,312,824
Equipamento básico	1,087,845	-	322,863	1,410,708
Outros activos tangíveis	-	-	-	-
	<b>17,400,669</b>		<b>322,863</b>	<b>17,723,532</b>
		<b>Depreciações do exercício</b>	<b>Transferências/Abates</b>	<b>2015</b>
<b>Depreciação acumulada</b>				
Construções	8,017,170	444,845	-	8,462,015
Equipamento básico	782,261	29,091	307,109	1,118,461
Outros activos tangíveis	-	-	-	-
	<b>8,799,431</b>	<b>473,936</b>	<b>307,109</b>	<b>9,580,476</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>8,601,038</b>			<b>8,142,856</b>

### 8. Instrumentos financeiros detidos até a maturidade (Continuação)

	% de participação	Valor de Balanço	
		2015	2014
<b>Outros instrumentos financeiros</b>			
Cimentos de Moçambique	3.97	39,748	39,748
Transcarga	17.00	14	14
Beira Grain Terminal	15.00	405	405
STM c/suprimentos	-	50,265	50,265
Beira Grain Terminal c/suprimentos	-	23,185	23,185
CDN c/suprimentos	-	34,410	34,410
Obrigações de Tesouro	-	56,600	56,600
		<b>204,627</b>	<b>204,627</b>
		<b>369,896</b>	<b>422,696</b>
Imparidade acumulada de instrumentos financeiros detidos até a maturidade		(118,887)	(147,602)
		<b>251,009</b>	<b>275,094</b>

Os movimentos ocorridos em imparidade acumulada de instrumentos financeiros detidos até a maturidade:

	2015	2014
<b>A 1 de Janeiro</b>	147,602	147,602
Reforço de imparidade	30,085	-
Ajustamentos/Utilização	(58,377)	-
Reversão	(423)	-
<b>A 31 de Dezembro</b>	<b>118,887</b>	<b>147,602</b>

### 9. Outros activos financeiros

A rubrica de activos financeiros apresenta-se como se segue:

	31-Dez-2015	31-Dez-2014
Não corrente	3,928,515	-
Corrente	257,505	503,049
	<b>4,186,021</b>	<b>503,049</b>

### 10. Inventários

A rubrica de inventários inclui os seguintes saldos:

	2015	2014
Matérias primas, auxiliares e materiais	1,129,089	610,068
	<b>1,129,089</b>	<b>610,068</b>
Ajustamentos ao valor realizável líquido	(46,143)	(46,407)
	<b>1,082,946</b>	<b>563,661</b>

Os movimentos ocorridos em ajustamentos ao valor realizável líquido foram os seguintes:

	2015	2014
<b>A 1 de Janeiro</b>	46,407	46,931
Reversão de imparidade	(264)	(524)
<b>A 31 de Dezembro</b>	<b>46,143</b>	<b>46,407</b>

### 11. Clientes

	2015	2014
Partes relacionadas (11.1)	446,222	707,561
Terceiros	1,655,063	1,815,472
	<b>2,111,285</b>	<b>2,523,033</b>
Imparidade acumulada em saldos de contas a receber	(578,289)	(797,277)
	<b>1,532,996</b>	<b>1,725,756</b>

Os movimentos ocorridos em imparidade de contas a receber foi o seguinte:

	2015	2014
<b>A 1 de Janeiro</b>	797,277	922,300
Reforço	213,480	3,547
Utilização/Ajustamentos	(416,507)	(4,852)
Reversão	(15,961)	(123,718)
<b>A 31 de Dezembro</b>	<b>578,289</b>	<b>797,277</b>

Esta rubrica decompõe-se como se segue:

	2015	2014
<b>Estado</b>		
IVA a recuperar	1,619,611	898,982
IVA - Reembolsos pedidos	60,886	60,886
	<b>1,680,497</b>	<b>959,868</b>
Acrescimos de rendimentos e gastos diferidos	2,440	-
	<b>1,682,937</b>	<b>959,868</b>

### 13. Caixa e bancos

Esta rubrica decompõe-se como se segue:

	2015	2014
Caixa	-	99
Depósitos à ordem	1,677,499	1,242,756
Depósitos a prazo	2,082,348	1,443,830
	<b>3,759,847</b>	<b>2,686,485</b>

### 14. Capital próprio

O capital estatutário dos CFM ascende a 1.242.981 milhares de Meticais, integralmente subscrito e realizado pelo estado Moçambicano.

De acordo com a lei vigente a Empresa deve transferir para reserva legal 5% dos lucros líquidos até que esta represente pelo menos 20% do capital social (Artº 444 do Código Comercial). Esta reserva não é distribuível e só pode ser utilizada para incorporação no capital ou para cobrir prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas.

### 15. Provisões

	2015	2014
<b>A 1 de Janeiro</b>	26,447	26,447
Reforço	136,217	-
<b>A 31 de Dezembro</b>	<b>162,664</b>	<b>26,447</b>

### 15. Provisões (continuação)

O movimento nesta rubrica foi como se segue:

	2015	2014
<b>A 1 de Janeiro</b>	26,447	26,447
Reforço	136,217	-
<b>A 31 de Dezembro</b>	<b>162,664</b>	<b>26,447</b>

A provisão para litígios judiciais foi constituída para fazer face a perdas esperadas com acções judiciais em que a Empresa é ré, tendo sido calculada com base na análise cuidada dos processos em curso. Essas análises são revistas no final de cada exercício, de forma a reflectir a melhor estimativa da responsabilidade da Empresa na data do balanço, tendo em conta os factos conhecidos à data. O reforço resulta da transferência do valor da conta de Imparidades acumuladas.

### 16. Empréstimos obtidos

Esta rubrica compreende os seguintes empréstimos:

	2015	2014
<b>Ngo corrente</b>		
Empréstimos bancários	3,749,383	1,595,232
Financiamentos do Estado	3,506,966	2,761,688
	<b>7,256,349</b>	<b>4,356,920</b>
<b>Correntes</b>		
Empréstimos	1,124,070	424,368
Financiamentos do Estado	125,243	90,225
	<b>1,249,313</b>	<b>514,593</b>
	<b>8,505,662</b>	<b>4,871,513</b>

Os empréstimos obtidos são analisados como se segue:

	Taxa de juro	Moeda	Maturidade	2015	2014
<b>Ngo corrente</b>					
<i>Empréstimos bancários</i>					
STB Financiamento p/realiz. Emerg. Linha de Sena (i)		USD		3,749,383	1,595,232
				<b>3,749,383</b>	<b>1,595,232</b>
<i>Financiamentos do Estado</i>					
Ministério das Finanças (ii)	2,00% p.a.	USD	24/01/2040	760,847	591,948
Porto de Quelimane (iii)	-	EUR	07/04/2050	269,838	282,568
Banco Mundial - RPRP (iv)	2,00% p.a.	USD	24/01/2040	2,269,918	1,675,920
Reabilitação da Linha de Sena (v)	0,75% p.a.	USD	30/06/2030	167,368	142,965
Electrificação do Porto da Matola (v)	5,9% p.a.	EUR	20/07/2034	39,156	68,267
				<b>3,506,966</b>	<b>2,761,688</b>

# RELATÓRIO E CONTAS | EXERCÍCIO FINDO EM 31 | 12 | 2015

(MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE METICAIS)

**16. Empréstimos obtidos (continuação)**

Correntes

	Taxa de juro	Moeda	Maturidade	2015	2014
<b>Financiamentos do Estado</b>					
Ministério das Finanças (i)	2,00% p.a.	USD	24/01/2040	10,978	10,763
Porto de Quelimane (ii)	-	EUR	07/04/2050	43,948	16,863
Banco Mundial - RPRP (ii)	2,00% p.a.	USD	24/01/2040	32,354	32,112
Reabilitação da Linha de Sena (iv)	0,75% p.a.	USD	30/06/2030	12,603	9,872
Electrificação do Porto da Matola (v)	5,5% p.a.	EUR	20/07/2034	25,360	20,845
				<b>125,243</b>	<b>90,255</b>
<b>Empréstimos bancários</b>					
STB Financiamento p/ reab. Emerg. Linha de Sena (i)	-	MTN		1,124,070	424,388
				<b>1,249,313</b>	<b>514,623</b>
				<b>8,505,661</b>	<b>4,871,543</b>

(i) Standard Bank  
Divida comercial no montante de 120.000.000,00 USD, que vence juros à taxa LIBOR 3 meses spread de 5,5% contraída pelo CFM em 2012 para o investimento no aumento da capacidade da linha férrea de Sena de 6,5 MTPA para 20,0 MTPA.

(ii) Banco Mundial e Ministério das Finanças  
Os saldos correspondem ao financiamento pelo Banco Mundial e Ministério das Finanças em Janeiro de 2000 para a racionalização da força de trabalho no âmbito do Projecto RPRP ("Railways Project Restructuration of Port") no montante de 49.182.403 USD, a liquidar em 30 anos, com 10 anos de período de graça capital e juros e posteriormente e vencidos juros a taxa de 2% ao ano.

(iii) Porto de Quelimane  
O montante nesta rubrica representa desembolsos efectuados à construtora CMC África Austral, Lda pela reabilitação do Porto de Quelimane no montante de 14.112.000 EUR. O empréstimo foi concedido pela instituição Alemã KfW - Kreditanstalt für Wiederaufbau (Reconstruction CreditInstitute) via o Governo de Moçambique em Abril de 2007.

(iv) Reabilitação da Linha de Sena  
O montante nesta rubrica representa financiamento pelo Banco Mundial via o Governo de Moçambique em 2005, para reabilitação da Linha de Sena no montante de 5.500.000 USD.

(v) Electrificação do Porto da Matola  
O montante nesta rubrica representa um financiamento pela instituição Alemã KfW - Kreditanstalt für Wiederaufbau (Reconstruction CreditInstitute) via o Governo de Moçambique em 2005, para electrificação do Porto da Matola no montante de 1.533.676 EUR. O objectivo deste projecto é garantir a distribuição de energia no Porto da Matola e por via de desenvolvimento do Porto, salvaguardar empregos e contribuir para geração de proveitos domésticos dos serviços de importação e exportação.

**17. Fornecedores**  
Os fornecedores incluem os seguintes saldos:

	2015	2014
Fornecedores	1,377,489	328,130
	<b>1,377,489</b>	<b>328,130</b>

**18. Passivos financeiros**  
Esta rubrica inclui os seguintes saldos:

	2015	2014
Não correntes	7,554,434	6,017,431
Correntes	3,800,450	994,686
	<b>11,354,884</b>	<b>7,012,117</b>

**19. Outros passivos correntes**

	2015	2014
Financiamento da reabilitação da linha de Limpopo	548,506	619,450
Financiamento da construção do terminal de carvão no Porto da Beira- TCC8	-	189,210
	<b>548,506</b>	<b>808,660</b>
Projecto TCC8	189,210	189,210
Retenção na fonte IRPS	58,022	41,357
Contribuições para INSS	5,238	4,677
Outros	8,576	24,677
	<b>261,046</b>	<b>259,921</b>
	<b>809,552</b>	<b>1,068,581</b>

Estes montantes referem-se aos investimentos correspondentes ao remanescente do valor da doação para reabilitar a linha-férrea do Limpopo (financiada pelo Governo do Canadá) no montante de 662 438 milhares de Meticais e valor da construção do TCC 8 - Terminal de Carvão no Porto da Beira (financiado pela Vale Moçambique e Rio Tinto), no montante de 756 840 milhares de Meticais. Estes montantes tem vindo a ser regularizados por contrapartida dos valores da depreciação dos respectivos empreendimentos durante o período esperado da vida útil contabilística.

**20. Vendas de bens e prestações de serviços**  
As vendas de bens e serviços decompõem-se como se segue:

	2015	2014
Travessas	43,513	-
Estadias	147,102	121,367
Cabotagem	8,922	15,060
Exportações	206,648	173,260
Importações	251,285	202,142
Pilagem	50,867	39,754
Rebocadores	193,204	133,408
Transporte de passageiros	98,172	87,201
Transporte e manuseamento de mercadorias	7,749,510	6,422,950
Outros serviços prestados	428,574	365,775
	<b>9,177,797</b>	<b>7,560,917</b>

**21. Custo dos inventários**

Esta rubrica analisa-se como segue:

	2015	
	Matérias primas, auxiliares e materiais	Total
Existências iniciais	(610,068)	(610,068)
Compras	1,082,946	1,082,946
Regularizações	964,955	964,955
Existências finais	(1,129,089)	(1,129,089)
<b>Custo do exercício</b>	<b>308,744</b>	<b>308,744</b>

	2014	
	Matérias primas, auxiliares e materiais	Total
Existências iniciais	(422,108)	(422,108)
Compras	563,661	563,661
Regularizações	597,145	597,145
Existências finais	(610,068)	(610,068)
<b>Custo do exercício</b>	<b>128,630</b>	<b>128,630</b>

**22. Investimentos Realizados Pela Própria Empresa**

A rubrica de investimentos para a própria empresa refere-se ao valor da Produção de Travessas para a reconstrução da Linha Férrea de Ressano Garcia.

	2015	2014
Produção de travessas	144,233	123,844
	<b>144,233</b>	<b>123,844</b>

**23. Rendimentos suplementares**

Os rendimentos suplementares incluem:

As rendas fixas referem-se a uma parte fixa celebrada entre os CFM e os operadores, enquanto as rendas variáveis referem-se a uma parte variável conforme a performance financeira dos operadores. As rendas e alugueres decompõem-se como segue:

	2015	2014
Aluguer de locomotivas	69,215	90,505
Rendas	1,807,174	1,726,063
Fees de Gestão	88,948	111,867
Outros	85,583	98,773
	<b>2,050,920</b>	<b>2,027,208</b>

**24. Gastos com pessoal**  
Esta rubrica analisa-se como segue:

	2015	2014
Remunerações aos colaboradores	2,565,569	2,119,671
Encargos com as remunerações	36,424	66,200
Ajudas de custo	42,639	35,789
Indemnizações	7,777	7,322
Seguros de acidentes de trabalho e doença	-	1,065
Custos de acção social	88,004	88,883
Outros custos com pessoal	308,894	226,773
	<b>3,049,307</b>	<b>2,515,733</b>

O número de colaboradores até 31/12/2015 era de 6.664 trabalhadores.

**25. Fornecimentos e serviços de terceiros**

Esta rubrica analisa-se como segue:

	2015	2014
Água e electricidade	70,664	54,238
Combustíveis e lubrificantes	467,953	507,485
Ferramentas e utensílios	15,193	19,131
Materiais de manutenção e reparação	191,897	136,851
Material de escritório	40,244	47,889
Serviços de dragagem	298,559	191,111
Manutenção e reparação	240,594	584,695
Transporte de carga e de passageiros	743	161,837
Comunicações	60,130	1,068
Honorários	8,129	48,899
Publicidade e propaganda	20,224	3,762
Deslocações e estadias	98,814	43,550
Despesas de representação	1,997	82,745
Contencioso e notariado	2,965	1,534
Rendas e alugueres	278,604	1,469
Seguros	43,187	284,372
Limpeza, higiene e conforto	23,411	33,245
Vigilância e segurança	232,725	22,389
Trabalhos especializados	152,919	207,955
Estiva - Terminal de alumínio	449,653	231,255
Intercâmbio de material circulante	88,655	113,860
Outros fornecimentos e serviços	181,346	92,168
	<b>2,968,606</b>	<b>2,871,508</b>

**26. Outros ganhos e perdas operacionais**  
Os outros ganhos e perdas operacionais apresentam-se como se segue:

	2015	2014
Impostos e taxas		
Direitos aduaneiros	(3,274)	(1,755)
Imposto sobre o Valor Acrescentado	(38,600)	(76,257)
Imposto sobre veículos	(378)	(331)
Impostos autárquicos	(3,328)	(2,154)
Outros impostos e taxas	(5,028)	(5,784)
Multas e penalidades	(40)	(235)
Perdas em investimentos de capital	(104)	(2,573)
Quotizações	(11,655)	(6,387)
Programas de responsabilidade social	(90,384)	(121,697)
Clube de actividades desportivas	(328,346)	(238,653)
Outras actividades	(58,556)	(1,082)
Outros	(18,537)	(22,358)
<b>Outros gastos e perdas operacionais</b>	<b>(558,230)</b>	<b>(479,266)</b>
Ganhos em investimentos de capital - Outros	4,449	1,479
Ganhos em investimentos de capital - Alienação	710	365
Ganhos em investimentos de capital - Sinistros	289	-
Subsídios para investimentos	220,364	220,364
Outros	70,801	45,019
<b>Outros rendimentos e ganhos operacionais</b>	<b>296,613</b>	<b>267,227</b>
	<b>(261,617)</b>	<b>(212,039)</b>

**27. Rendimentos financeiros**  
Esta rubrica analisa-se como segue:

	2015	2014
Juros obtidos	124,370	198,606
Rendimentos de partes sociais	366,955	346,281
Diferenças de câmbio favoráveis	1,667,478	468,072
Outros rendimentos e ganhos financeiros	809	3,586
	<b>2,159,612</b>	<b>1,016,545</b>

**28. Gastos financeiros**  
Esta rubrica analisa-se como segue:

# RELATÓRIO E CONTAS | EXERCÍCIO FINDO EM 31 | 12 | 2015

(MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE METICAIS)

	2015	2014
Juros suportados	54.845	351.456
Diferenças de câmbio desfavoráveis	2.791.201	444.728
Outros gastos e perdas financeiras	6.339	11.159
	<b>2.852.385</b>	<b>807.343</b>
<b>29. Impostos sobre o rendimento</b>		
	2015	2014
Imposto corrente - gesto	(1.104.966)	(817.330)
Imposto diferido - rendimento	401.577	33.121
	<b>(703.389)</b>	<b>(779.209)</b>
<b>29.1. Lucro tributável</b>		
	2015	2014
Lucro contabilístico	1.891.524	2.494.096
Ajustamentos ao lucro contabilístico relativos a:		
Diferenças permanentes	(277.474)	(256.500)
Diferenças temporárias (tributáveis/dedutíveis)	1.839.311	325.557
	<b>3.453.761</b>	<b>2.554.153</b>
<b>29.2. Reconciliação de taxa efectiva de imposto</b>		
	2015	2014
Imposto sobre lucro contabilístico	805.416	796.111
Custos não dedutíveis	(88.752)	(82.280)
Dupla tributação	237	396
Ajustamentos de exercícios anteriores	190.529	55.953
	<b>703.389</b>	<b>779.210</b>
	37%	31%
<b>29.3. Reconciliação - impostos a pagar</b>		
	2015	2014
Saldo inicial	(200.682)	(319.832)
Pagamentos por conta e retenções na fonte	673.183	616.549
Pagamento do IRPC do exercício anterior	200.682	319.832
Estimativa de imposto exercício corrente	(1.104.966)	(817.330)
Saldo final	<b>(431.783)</b>	<b>(200.681)</b>
<b>29. Imposto sobre o rendimento (continuação)</b>		

	2015	2014
<b>29.4. Activos por impostos diferidos</b>		
Reconciliação		
Activos por imposto diferido no início do período	(93.501)	(56.380)
(Débito)/Crédito na demonstração de resultados	495.078	93.501
<b>Passivo/Activo por imposto diferido no fim do exercício</b>	<b>401.577</b>	<b>38.121</b>
Composição de (passivos)/activos por impostos diferidos		
Activos tangíveis	41.438	-
Provisões para férias	43.589	-
Provisões para cobrança duvidosa	68.313	-
Provisões para stock	13.751	-
(Ganhos)/perdas cambiais não realizadas	327.987	93.501
	<b>495.078</b>	<b>93.501</b>

O Técnico de Contas



A Administração





SECRETARIA DE FINANÇAS

O presente relatório descreve as principais realizações e os resultados produtivos, económicos e financeiros da Empresa Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P. (CFM) no exercício económico de 2015, o qual, foi preparado de acordo com o Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC – NIRF).

O período em análise (ano 2015) foi fortemente influenciado pelo concurso de factores adversos à economia mundial, regional e nacional caracterizado por uma acentuada recessão, abalando, deste modo, o poder de compra das matérias-primas e produtos acabados de importação que transitam pelo sistema ferro-portuário moçambicano.

É importante também referir que a economia global registou, em 2015, um crescimento muito lento e abaixo das expectativas, com acentuada valorização do US-Dólar, face as outras moedas. Em Dezembro de 2015, o Rand sul-africano registou a pior queda dos 14 anos anteriores face ao US-Dólar, o Metical, depreciou 42%. Outro dado importante tem a ver com a China, cuja moeda (o Yuan), também sofreu desvalorização. A economia deste gigante asiático importa mais de  $\frac{2}{3}$  dos minerais transaccionados no mundo, incluindo os que transitam pelos portos moçambicanos. Esta economia tem vindo a registar um crescimento muito lento, tendo, em 2015, atingido o PIB mais baixo desde 1990 (menos de 6,9). Cenário pior prevê-se para 2016, com a economia a crescer em torno de 6,7%.

Países vizinhos de Moçambique, grandes utilizadores do sistema ferro-portuário nacional, também estão afectados pelo actual fenómeno económico global. O **Zimbabwe**, um dos utentes dos Corredores de Maputo e da Beira (responsável por 17% da carga manuseada em trânsito no sistema portuário nacional em 2015), enfrenta uma crise económica nos últimos anos e associado à seca verificada em 2015, com impacto na sua actividade agrícola, afectou, deste modo, o comportamento do tráfego de Açúcar no Corredor de Maputo.

Por seu turno, a **África do Sul** (responsável por 64,0% da carga manuseada em trânsito no sistema portuário nacional em 2015), não sendo excepção, teve o crescimento da sua economia influenciado fundamentalmente pelos seguintes factores: (i) baixos preços das *commodities* ao nível internacional, (ii) grave crise energética e (iii) efeitos da pior seca em 25 anos.

Como corolário dos factores adversos acima descritos, em 2015, a actividade ferroviária na rede nacional (incluindo a concessionada) contraiu em 5,7%, ao terem sido transportadas 13,0 milhões de toneladas líquidas, contra 13,8 milhões transportadas no ano 2014. De salientar que previa-se transportar 17,0 milhões de toneladas, tendo-se registado um desvio de 24%. Na rede ferroviária sob gestão dos CFM, o volume transportado decresceu em 5,1%, comparativamente a realização de 2014, ao terem sido transportadas 12,7 milhões de toneladas, contra 13,3 milhões alcançadas no ano transacto. Em relação ao previsto, o nível de realização situou-se nos 77%.

A jusante, com o enfraquecimento do movimento ferroviário, a actividade Portuária também ressentiu-se, tendo o manuseamento reduzido em 7,2% em todo sistema portuário nacional (incluindo os portos concessionados), face a produção de 2014, ao ter-se manuseado 31,7 milhões de toneladas métricas, contra 34,2 milhões manuseadas no igual período do ano anterior. Ainda no período em análise, nos terminais portuários geridos pelo CFM (essencialmente terminais de líquidos a granel e de alumínio) o volume decresceu em 3%, tendo, em 2015, sido manuseadas 5,6 milhões de toneladas. Comparativamente ao planificado, registou-se um desvio de 3%.

As demonstrações financeiras globais em 2015 indicam uma redução dos resultados antes de impostos em 24%, ao ter-se atingido 1,89 mil milhões de meticaís, contra 2,49 mil milhões alcançados em 2014. Comparativamente ao previsto (3,08 mil milhões de meticaís), a realização situou-se nos 61%. De entre outros factores, contribuíram significativamente para o “sufoco” dos resultados antes dos impostos, as diferenças cambiais desfavoráveis líquidas no valor de 1,13 mil milhões de meticaís, como resultado da valorização acentuada do US-Dólar face as outras moedas.

Entretanto, os resultados operacionais cresceram em 13% comparados com o ano 2014, ao ter-se realizado 2,59 mil milhões de meticaís, face aos 2,28 mil milhões do ano anterior. A meta prevista (2,77 mil milhões de meticaís) situou-se nos 93%. Muito embora a contracção da actividade ferro-portuária, os resultados operacionais cresceram e ultrapassaram o orçado devido, de entre outros factores, ao fortalecimento das principais moedas estrangeiras usadas como meio de transacções nos proveitos, como é o caso do US-Dólar.

Ao nível de investimentos, durante o ano de 2015, o CFM realizou 8,48 milhões de meticaís, face aos 2,16 milhões de meticaís previstos, o que culminou com um sobre cumprimento do plano na ordem de 292%. De entre vários investimentos realizados, destacam-se os seguintes: (i) expansão da capacidade da linha de Sena de 6,5 MTPA para 20 MTPA, com vista a viabilizar a logística do Carvão de Moatize, (ii) aquisição de 70 carruagens no âmbito do papel social da empresa, contribuindo no reforço da oferta no transporte de passageiros nas regiões Centro e Sul do país, (iii) Continuação da construção da nova ponte ferroviária sobre o Rio Umbeluzi em Boane, (iv). Reabilitação de 306 Vagões para o CFM-Centro; (v) reabilitação e extensão do Cais do Serviço Marítimo (Cais Rebocadores) no Porto da Beira; (vi) reposição de defensas e cabeços de amarração no Porto de Pemba dentre vários outros pequenos investimentos.

Maputo, Julho de 2016

Dr. Victor Pedro Gomes  
Presidente do Conselho de Administração

Dra. Maria Alice Mangochi  
Administradora Executiva

Eng. Agostinho Langa Junior  
Administradora Executiva

Dr. Rogério Nkomo  
Administrador não Executivo

Dr. Joaquim Uelmo Zucelo  
Administradora Executiva

Eng. Anísio Lopes Bainha  
Administradora Executiva

Eng. Acílio Chiau  
Administrador não Executivo

RELATÓRIO E CONTAS | EXERCÍCIO FINDO EM 31 | 12 | 2015